

**UMA TEORIA DA REALEZA E SUA PROPOSTA UNIVERSALIZANTE: O
EXEMPLO DA REVOLTA DE TEBAS NA ANÁBASE DE ARRIANO DE
NICOMÉDIA (SÉCULO II D.C)**

André Luiz Leme¹

Resumo: O historiador grego Arriano de Nicomédia (ca. 90 - após 145/6), em sua obra *Anábase de Alexandre Magno*, comentou que a fama de Alexandre, o Grande, havia alcançado a todos os povos, cidades e homens. Tal afirmação, sem dúvidas, aponta para o caráter referencial inerente ao modelo de governante que o rei macedônio representava, inclusive de grande repercussão entre os grupos dirigentes do Império Romano de inícios do século II d.C., no qual Arriano mantinha relações muito próximas com o Imperador Adriano (76-138 d.C.). Este, atuando e visando assegurar a unidade política do Império Romano, teria grandes motivos para se beneficiar desse resgate da memória de Alexandre, o qual seria um exemplo de legítimo governante universal, integrador e defensor dos povos. Vejamos, no presente estudo, como tal questão se apresenta e se destaca na *Anábase de Alexandre Magno* tendo por base um importante evento da história do rei macedônio: a revolta da cidade de Tebas.

Palavras-chave: Arriano de Nicomédia; Alexandre, o Grande; Imperador Adriano.

Abstract: The Greek historian Arrian of Nicomedia (ca. 90 - after 145/6), in his work *Anabasis of Alexander*, told that the fame of Alexander the Great had reached all peoples, cities and men. This statement points the referential governor model inherent and represented by Alexander, which would have large impact over the ruling groups of the Roman Empire from the early second century AD, where we find Arrian maintaining very close relations with the Emperor Hadrian (76 - 138 AD). This, acting to ensure the political unity of the Roman Empire, would have great reasons to benefit from this rescue of Alexander's example and memory, a legitimate universal ruler, integrator and defender of the people. In this study, we'll discuss how this question shows up and stands out in the *Anabasis of Alexander*, analyzing an important historic event: the revolt of Thebes.

Keywords: Arrian of Nicomedia; Alexander the Great; Emperor Hadrian.

No momento que nos deparamos com a expressão “Império Romano”, o primeiro aspecto que vem a nossa mente diz respeito ao período, dentro da Antiguidade Clássica, no qual Roma erigiu, paulatinamente, um domínio de forte caráter político por extensas territorialidades, contemplando conquistas no espaço que hoje denominamos Europa, Oriente Médio e Norte de África. No entanto, sobre tal consideração que hoje é senso comum principalmente na produção didática, devemos ponderar: tal conceito de “Imperialismo”, ou seja, o uso do termo “Império” para designar um “Estado” que desenvolve uma política de expansão e controle frente a diversos povos (seja por motivos econômicos, políticos ou estratégicos), é uma criação contemporânea do século XIX, surgido na época da expansão e colonização da África e Ásia pelas potências européias, em especial, o Império Britânico (Bancalari Molina, 2008: 37). Por isso, no âmbito acadêmico historiográfico, quando nos remetemos e utilizamos a designação “Império Romano” devemos manter a consciência em torno do estudo de uma realidade que é específica, própria de um contexto, a qual deve ser estudada de acordo com suas próprias características. Refletindo nesse exato sentido, o historiador Pierre Grimal propôs (1993:9) a seguinte afirmação:

Esta designação, Império Romano, traduz melhor ou pior, a de *imperium romanum*, que, muito antes do que hoje chamamos ‘Império’, e que só começou na segunda metade do século I antes da nossa era, servia para designar não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder.

De fato, ponto de acordo na historiografia, é o estabelecimento da instituição Principado o marco referencial para o início do chamado Império Romano. Resultado das constantes lutas internas (guerras civis) que marcaram o período final da República Romana, o Principado surgiu como um sistema político híbrido: refletia uma tendência ao poder pessoal², ao mesmo tempo em que resguardava a tradição ancestral republicana e preservava os interesses e privilégios dos cidadãos romanos frente aos habitantes provinciais. Otávio Augusto, no ano de 27 a.C., foi o primeiro desses grandes personagens históricos, um homem que concentrou diversos poderes³ e funções frente ao Império Romano. Dentre tais funções, como ressaltou Alejandro Bancalari Molina (2008: 137), “preservar e manter o império; protegê-lo através de um exército profissional e permanente; resguardar as fronteiras; respeitar a ordem”. Nesse âmbito as ações de Augusto, tanto do ponto de vista militar e administrativo, tiveram assim um

efeito de caráter prático: garantir e fortalecer a unidade política do *orbis romanorum*, visando mantê-lo em ordem e pacificado. Por sua vez, no âmbito teórico da questão, vemos o fortalecimento na propaganda da *Pax Romana*⁴ e das propostas de cunho universalizantes, as quais colocariam Roma no papel de guia da *oikoumene*. De fato, segundo a historiadora María José Hidalgo de La Vega (2005: 274), os textos que...

[...] celebram e elogiam o Império Romano como um estado universal, que estende seu domínio e hegemonia por todo o mundo (*orbis terrarum*), oferecendo uma pátria comum para todo o gênero humano, são muito numerosos e surgem primeiramente na época de Augusto [...] Esta missão de conquistar e dominar, mas também de pacificar e organizar o mundo inteiro vem legitimada por uma vontade divina, a qual assegura à Roma esta tarefa.

Tais propostas universalizantes não ganham força sem motivos, pelo contrário: são indicativas das dificuldades inerentes não apenas ao processo de romanização, mas também no que se refere à manutenção, que ser quer contínua, do vínculo, por parte do poder central em Roma, para com as elites locais e regionais. Ademais, não podemos deixar de salientar que esse período, camuflado por “Paz Romana”, presenciou uma série de revoltas que, por si só, rompem com qualquer ideal de conformidade ou estabilidade ininterrupta e generalizada para o momento⁵. Portanto, podemos entender tais propostas universalizantes como estratégias, no campo teórico de ação, empreendidas por parte do poder político. É nesse sentido que, por exemplo, podemos entrever o impulso no resgate e utilização da história e memória do monarca macedônio Alexandre, o Grande (356 – 323 a.C.) dentro daquela realidade. Pois bem, como ressaltou Alejandro Bancalari Molina (2008: 243-4):

Com o advento e a consolidação paulatina do regime imperial, a *aemulatio* ou *imitatio Alexandri* chegou a ser para muitos um verdadeiro desejo. Esta se apresenta em uma perspectiva quádrupla, quer dizer, Alexandre como modelo para cada mortal; para os monarcas de cada época; para outros grandes generais gregos e romanos e, ademais, em sua qualidade de visionário e construtor de um império universal. Anteriormente à ascensão de Augusto, a imitação de Alexandre possuía uma longa tradição que vai desde Pirro, passando por Cipião Africano, Lúculo, Pompeu, Marco Antônio e Julio César, encarnando-se neste último o modelo de conquistador e político. Será a partir de Augusto que se consolida um clima favorável entre políticos, militares e intelectuais na percepção de Alexandre como arquétipo a seguir, como conquistador do orbe, dono do mundo civilizado (*kosmokrátor*) e criador de uma nova ordem. O exemplo de sua figura foi importante e ela se converteu em um referencial quase obrigatório para todos os escritores romanos de épocas imperiais.

Apesar da existência de críticos em relação ao personagem histórico Alexandre, como fora Sêneca, o primeiro século depois de Cristo presenciou o resgate da memória

do rei macedônio a partir de construções narrativas geralmente muito positivas em relação a ele. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Diodoro, Quinto Cúrcio Rufo e Plutarco. Dessa forma, a imagem de Alexandre, não sem algumas consideráveis readequações, acabava se tornando um modelo referencial e legitimador de governante para o ambiente político romano, aspecto que colaborou na construção de um paralelo entre a realeza macedônia e o principado romano. De fato, segundo a historiadora Maria José Hidalgo de La Vega (2005: 275), “a fundação deste Império [Romano] como regime político, em alguns aspectos, pretendia ser o herdeiro do império alexandrino e continuador de seu programa civilizador e conquistador”.

Foi em inícios do século II d.C. que o Império Romano viveu sua máxima extensão territorial, fruto das guerras de conquista empreendidas por Trajano na região do Danúbio e no Oriente. Nessa mesma época o grego Dión de Prusa celebrava, através de seus discursos, a glória dos feitos passados de Alexandre em comparação ao triunfo contemporâneo de Trajano em suas expedições⁶. No entanto, o sucessor de Trajano, Adriano (76 – 138 d.C.), chega ao poder em 117 d.C. e acaba assumindo a responsabilidade de abandonar algumas dessas novas áreas conquistadas e frear o ímpeto de expansão que havia naquele momento⁷. Tal atitude, claro, teve sérias repercussões negativas, fato que apenas contribuiu para o aumento da desconfiança por parte dos senadores em relação ao novo *princeps* e à sua política logo ao início de seu governo. Enfim, como podemos compreender tal estratégia de Adriano? Ora, o novo governante encontrou um Império sofrendo com vários e sérios problemas, os quais colocavam em risco a manutenção da paz e da unidade política em torno de Roma. Juan M. Cortés Copete (2004: 75-6) afirma que, em suas ações imediatas, Adriano:

Abandonou as novas províncias orientais, substituindo o controle direto daqueles territórios pelo indireto dos reinos clientes. Terminou com os restos da revolta judaica. Para isso, Turbón foi enviado ao Egito, onde controlou um último brotar de enfrentamento entre gregos e judeus. Depôs o general Lusio Quieto, que havia sido nomeado por Trajano, ao final de sua vida, governador da Judéia. Esta nomeação havia causado mal estar entre os judeus da Palestina, posto que Quieto havia reprimido com extrema dureza a sublevação das judiarias mesopotâmicas. Sua destituição fez com que se depositassem grandes esperanças no novo imperador, o qual os judeus saudaram como libertador. Fez frente aos movimentos de povos no Danúbio com sua própria presença. Conseguiu que os roloxanos voltassem ao redil e outorgou ao seu rei a cidadania romana; reorganizou a província da Dácia, dividindo-a para um melhor governo; freou aos yácigos fortalecendo as defesas da Panonia, onde fundou a colônia de Mursa. Possivelmente foi a destituição de Lusio Quieto o que provocou a sublevação dos *Mauri*, seus compatriotas. Turbón, de novo, foi o encarregado de reprimir as desordens. A Britânia também foi devolvida à

ordem romana, ainda que pouco mais se saiba do destino daquela província por aquelas datas.

Não se trata aqui de tentar generalizar a questão e afirmar que o Imperador Adriano era um pacifista⁸; devemos sim ter em mente que as circunstâncias do momento de sua ascensão o impeliram a tomar medidas de forte caráter reparador, ou seja, ações rápidas para contornar as revoltas e preservar a unidade do Império sob bases territoriais mais integradas. De fato, foram várias as medidas ao longo de seu governo que, do ponto de vista prático da questão, buscavam a defesa, o fortalecimento e a coesão do Império. Citemos, por exemplo, o projeto de reorganização do exército e aprimoramento de suas táticas e armamentos⁹; a construção de linhas de demarcação artificiais para o território romano, sendo a mais conhecida a Muralha de Adriano, na Britânia; as reformas de cunho jurídico a administrativo¹⁰; bem como as viagens, de caráter fiscalizador, empreendidas por Adriano ao longo do Império por quase 12 dos seus 21 anos de governo. Por sua vez, do ponto de vista teórico, seu esforço não deve ter sido menor¹¹. Ora, era preciso tornar evidente frente à consciência de todos aqueles diretamente envolvidos ao poder central em Roma que ele, Adriano, seria o melhor e mais apto homem para governar. Uma de suas estratégias nesse sentido, em nossa opinião, foi justamente uma prática já recorrente nos governos anteriores: a utilização, como referencial, da história e memória de Alexandre, o Grande.

É seguindo esse pensamento que compreendemos o ímpeto de composição da obra *Anábase de Alexandre Magno*, escrita pelo amigo e cliente de Adriano, Arriano de Nicomédia (ca. 90 – após 145/6 d.C.) Enquanto proposta historiográfica, ela trazia aos contemporâneos do autor uma imagem idealizada do monarca macedônio, tornando-o um exemplo e referencial a ser seguido tanto no que se refere às suas ações como em seu comportamento. Nesse sentido, em nossa opinião, a obra de Arriano pode ser entendida como uma teoria da realeza, que versa e aponta orientações para o bom governante. Assim, o paralelo passado/presente, ou melhor, Alexandre/Adriano, tornava-se mais um elemento de caráter legitimador para o *princeps*, tornando-o herdeiro e continuador de uma tradição que o mundo romano assumiu em relação à tradição política grega e helenística.

De fato, como Arriano relata em seu escrito (1982: 255), não haveria “povo, nem cidade atual, nem um só homem a quem não tivesse alcançado a fama de Alexandre”. Por isso, tornava-se muito pertinente o resgate da história de Alexandre,

tendo em vista tal reconhecimento e, principalmente, seu exemplo de legítimo governante universal, integrador e defensor dos povos. Nosso estudo recai justamente na análise das características dessa proposta teórica de caráter universalizante, tendo em vista tal aspecto tornar-se, em função dos riscos à unidade e coesão do Império Romano, uma demanda em tempos de Adriano. Vejamos, portanto, como tal questão se apresenta e se destaca na *Anábase de Alexandre Magno* tendo por base um importante evento da expedição do rei macedônio: a revolta da cidade de Tebas.

Tal acontecimento ocorrera logo após a morte de Filipe II, momento que despertou um clima de insegurança e desconfiança sobre o futuro da política hegemônica por parte dos macedônios para com as cidades gregas. O filho de Filipe II, Alexandre, agiu rapidamente para garantir sua ascensão à realeza, fato que não impediu a conjuntura de revoltas que teve início entre as tribos da Trácia e Ilíria, até então submetidas. O novo rei macedônio congregou forças e combateu os rebeldes, reafirmando o domínio sobre elas. Por sua vez algumas cidades da Grécia, as quais inicialmente haviam consentido acerca do novo monarca macedônio, reacenderam o desejo de liberdade diante de rumores acerca da morte de Alexandre quando este estava combatendo os rebeldes; dentre tais cidades, Tebas e Atenas foram as principais forças em sublevação. Vejamos o desencadeamento de tal acontecimento segundo as palavras de Arriano (1982: 136-37), a começar pelo seu esclarecimento dos motivos que ocasionaram a revolta:

Enquanto isso, alguns dos exilados tebanos regressaram durante a noite à cidade (convidados a fazê-lo por alguns cidadãos que planejavam uma futura revolta) e, prendendo a Amintas e Timolao, que eram os responsáveis da cidade de Cadmo e que não tinham a menor suspeita de nenhum movimento hostil fora de sua cidade, lhes deram morte. Apresentaram-se logo frente à Assembléia pedindo aos tebanos para que desertassem de Alexandre, invocando a liberdade e o poder de falar sem censura (belas palavras de sempre) e para que se livrassem de uma vez por todas do peso da dominação macedônia. Para se fazerem mais dignos de crédito frente à multidão, afirmavam com toda certeza que Alexandre havia sido morto entre os ilírios. Este era um rumor muito difundido e que andava na boca de muitos; devido ao tempo que já estava ausente e por não se terem notícias dele, conjecturavam (fato que geralmente acontece em tais situações) segundo seus próprios desejos, desconhecendo a realidade.

Na perspectiva de Arriano, houve um movimento a partir de um conjunto de cidadãos tebanos, potencializado por alguns exilados recém chegados, de claro rechaço ao monarca macedônio. Porém, sentimos um tom irônico do grego de Nicomédia em

relação ao ideal de liberdade, “contra-censura”, defendido pelos revoltosos: eles estariam utilizando as mesmas “belas palavras” de sempre. Nesse sentido, poderíamos entrever uma crítica direta do autor para com esses demagogos. Ora, eles estavam se apoiando, com toda certeza, na asserção de que Alexandre estava morto, fato que na verdade seria uma simples conjectura adequada aos interesses de conseguir mais apoio para a rebelião. Claro, Alexandre não estava morto, pelo contrário, tendo em vista que Arriano o demonstra (1982:137) muito atento diante de tal situação:

Quando Alexandre teve conhecimento do que havia ocorrido em Tebas, de modo algum lhe pareceu uma questão pequena. Ademais, desde antigamente tinha suspeitas da cidade de Atenas, pelo que esta insurreição tebana devia considerar-se como algo sério, fora que também os lacedemônios (que desde tempos tinham seus planos de insurreição), além de outros peloponésios e etólios (que não eram de se confiar), se contagiariam com esta insurreição dos tebanos.

O rei macedônio, ao tomar conhecimento da revolta tebana, compreendeu a importância e seriedade da situação. Sua consciência, aliás, já o alertara para possíveis atitudes nesse sentido, inclusive por parte de Atenas. A insurreição tebana, ademais, poderia contagiar outras regiões da Grécia e por isso tornava-se motivo de preocupação. No entanto, Alexandre não tomou nenhuma atitude impulsiva quando buscou lidar com tal revolta, pelo contrário, como verificamos na narrativa de Arriano (1982:137):

Levantou Alexandre o acampamento de Onquesto e conduziu suas tropas em direção à cidade de Tebas no dia seguinte pelo recinto sagrado de Yolao, e ali acampou seu exército, oferecendo aos tebanos um prazo de tempo, para que os mesmos, havendo mudado o parecer de suas desafortunadas decisões, enviassem a ele uma delegação [...] Alexandre mesmo assim preferia a amizade com os tebanos frente à aventura.

Alexandre levou seu exército em direção à cidade de Tebas, mas não a atacou imediatamente. Buscou inicialmente um contato para com os homens da cidade, oferecendo um prazo de tempo para que eles desistissem da revolta. A narrativa de Arriano, dessa forma, ressalta o comportamento paciente de Alexandre, o qual desejava antes de tudo a amizade para com os tebanos. Dentre esses, as opiniões já estavam divergindo em relação à continuidade da revolta, como aponta Arriano (1982:138-9):

Enquanto isso, em Tebas, aqueles que melhor conheciam o mais conveniente ao conjunto dos cidadãos incitavam a ida em busca de Alexandre para se obter o perdão ao povo tebano por seu ato de sedição. Mas os que haviam regressado do exílio e aqueles que haviam convidados estes, estimando que nenhum ato de magnanimidade obteriam de Alexandre (especialmente, dado

que alguns deles eram dirigentes da Confederação Beócia) incitavam o povo a entrar em guerra a todo custo. Nem sequer assim, contudo, Alexandre atacou a cidade.

Aqueles que eram os mais responsáveis, ou seja, que melhor conheciam o mais conveniente a se fazer naquele instante, propunham ir em busca de Alexandre para pedir seu perdão pelo ato de revolta. No entanto, aqueles que inicialmente instigaram a rebelião o continuaram fazendo, incitando o povo para a guerra. Vemos, nesse momento, como a narrativa de Arriano estabelece uma contraposição entre o que seria uma boa e o que seria uma má atitude a se realizar em tal circunstância. E novamente a paciência e cautela de Alexandre são ressaltadas, pois nem mesmo a falta de negociação o impeliu a atacar a cidade imediatamente. De fato, o estopim do conflito foi apresentado por Arriano (1982:139) como conseqüência de ações bruscas e inesperadas:

Conta, no entanto, Ptolomeu, filho de Lago, que Perdicas, ao qual havia sido encarregada a guarda do acampamento com seu próprio batalhão, o qual ocupava um lugar não muito distante do estacado inimigo, se lançou contra a paliçada inimiga sem aguardar o sinal de combate a ser dado por Alexandre; e, depois que rompeu ela, arremeteu contra os primeiros vigilantes tebanos. Amintas, filho de Andrômeno, que estava em formação junto a Perdicas, marchou atrás deste, conduzindo seu próprio batalhão ao ver que Perdicas adentrava pela paliçada. Alexandre, consciente de tudo isso, e para evitar que eles, estando sozinhos, fossem interceptados pelos tebanos e corresse perigo, pôs em movimento o restante do exército.

Tendo por base uma de suas principais fontes de informação, Ptolomeu, Arriano praticamente livra Alexandre de qualquer responsabilidade sobre o ímpeto e início do ataque à cidade de Tebas. O que teria acontecido foi um movimento brusco de ataque por parte de Perdicas, o qual não teve prévia autorização de Alexandre. Este, vendo o desencadear do conflito, teve necessariamente de mobilizar o exército para defender os seus soldados. Pois bem, o que se seguiu foi a invasão da cidade de Tebas, ato repleto de crueldades, como descreveu Arriano (1982:141):

Foi quando já, cegados pela raiva, não apenas os macedônios, mas também os focenses, plateenses e o restante dos beócios, deram morte sem ordem ou reserva aos tebanos, muitos dos quais, inclusive, nem sequer se defendiam mais: alguns foram surpreendidos em suas próprias casas; outros quando tentavam se defender, e outros quando buscavam asilo nos templos, não se perdoando mulheres ou crianças.

Como vemos, Arriano buscou compartilhar não apenas entre os macedônios a culpa pelos “excessos” na invasão de Tebas, revelando que tais atitudes violentas foram motivadas pela raiva nutrida por todos os soldados, em razão de toda aquela atenuante

circunstância. Enfim, o impacto de toda essa conjuntura foi sentido com grande pesar, segundo aponta o grego de Nicomédia (1982:141) na continuidade da narrativa:

Esta desgraça do povo grego (pela importância da cidade que havia sido tomada, pela crueldade da ação e, não menos, porque não o esperavam assim nem os que sofreram, nem os que executaram) conturbou por igual ao restante da Grécia e aos que participaram da ação.

Assim, vemos como existe todo um trabalho inerente a construção do texto visando justamente eximir a culpa daqueles que executaram a ação contra Tebas. De fato, o acontecimento da revolta teria sido um evento inesperado, o qual engendrou uma situação, em termos de suas conseqüências, considerada uma desgraça. Nesse sentido, o relato de Arriano apresenta (1982: 143-44) contornos cada vez mais críticos em relação ao desfecho da situação:

[...] em Tebas, a crueldade de uma revolta desenvolvida da maneira mais irracional, sua rápida tomada que apenas causou dificuldade aos conquistadores, a matança de tantos homens – como é próprio entre pessoas de tribos parentes que buscam resolver antigas querelas – a total escravidão de uma cidade que por seu poder e reputação em assuntos de guerra esteve à frente das cidades gregas de seu tempo, apontavam, e não sem verossimilhança, à ira divina, na idéia de que os tebanos pagavam agora, passado o tempo, a satisfação devida por sua traição durante as guerras médicas; pela tomada que fizeram em período de paz da cidade de Platea; pela escravidão de seus cidadãos, assim como por sua responsabilidade na execução (ato este impróprio de um povo grego) daqueles que haviam se rendido aos lacedemônios; satisfação devida também pela devastação da região de Platea quando os gregos, unidos braço a braço, rechaçaram da Grécia o perigo persa; e, ademais, porque com seu voto eles foram a ruína de Atenas quando foi proposto entre os aliados dos espartanos tomar uma decisão para converter em escravos os atenienses.

Torna-se muito claro nesse momento todo o pensamento do grego de Nicomédia em relação à revolta tebana: foi algo irracional, de difícil trato, a qual trouxe muitas mortes e que não levou em consideração a história e tradição dessa cidade. O autor passa, então, a justificar toda a ação levada a cabo contra os tebanos, ressaltando que esta cidade grega estaria naquele momento pagando, através de sua destruição, por seus atos de perfídia engendrados no passado, na época das guerras para com os persas. Dessa forma o autor reafirma, em termos da conduta antiga e atual da cidade de Tebas, a legitimidade de sua destruição, entendida em termos de uma punição que ela devidamente merecia¹². Ademais, Arriano ressalta (1982:145) a repercussão de toda essa circunstância e seus efeitos práticos de “apaziguamento”:

Quando o castigo dos tebanos chegou aos ouvidos dos outros gregos, os arcádios, que haviam organizado uma expedição a partir de sua cidade para auxiliar aos tebanos, condenaram à morte aqueles que haviam incitado a assistência à Tebas; por sua parte, os eleos acolheram a seus próprios exilados porque mantinham boas relações com Alexandre. Os etólios suplicavam o perdão (para isso haviam enviado diversas legações para Alexandre), dado que eles apenas haviam se rebelado diante das notícias que chegavam de Tebas.

Outras cidades, as quais motivadas pela revolta tebana também se rebelaram, acabaram adotando rápidas medidas conciliatórias para com os macedônios, tendo em vista o medo de sofrerem castigo similar ao de Tebas. Dentre essas também estava Atenas, a qual já se preparava para o pior segundo Arriano (1982:145-6):

Por sua parte, os atenienses celebravam naqueles dias os Grandes Mistérios, quando se apresentaram alguns tebanos que vinham do mesmo lugar do fato acontecido. Os atenienses abandonaram os Mistérios repletos de estupor e começaram a trazer suprimentos da campina à cidade. Reunida a assembléia do povo e, sob a proposta de Démadas, se elegeram dez embaixadores dentre os atenienses (aqueles que se reconheciam como mais partidários de Alexandre) para enviar-lhes frente a ele ou (ainda em tempo) comunicar-lhe que o povo de Atenas se alegrava por seu regresso são e salvo dos ilírios e tribalos, e também por ter se vingado da sublevação tebana.

Interessante é percebermos que a própria cidade de Atenas, no discurso de Arriano, reforçaria a prática da punição contra os tebanos, uma clara alusão ao caráter exemplar que esta ação representou frente à todas as cidades gregas. No entanto, ainda que responsabilizando também os próprios atenienses pelo acontecido em Tebas, o rei macedônio não atacou a cidade, tanto devido a sua admiração por ela quanto por querer dar logo início à sua expedição contra os persas (Arriano, 1982:146). Enfim, as cidades gregas novamente estavam sob seu controle, integradas e pacificadas, sob a égide do medo e da força.

Diante de nossa leitura e análise realizadas sobre esse tão importante evento na história de Alexandre, o Grande, vemos como o autor, Arriano de Nicomédia, constrói uma narrativa que reforça o caráter exemplar daquela circunstância de revolta, abordando tanto as suas causas como os seus efeitos. Do ponto de vista das causas, encontraríamos a ação de demagogos, informações infundadas, impaciência e precipitação nas ações, enfim, algo como uma ingenuidade e, nas palavras do próprio autor, irracionalidade; agora, do ponto de vista das conseqüências, veríamos a própria e

cruel destruição da cidade, ato que se tornava uma legítima ação punitiva, de caráter exemplar para todas as demais propostas de sublevação por parte de outras cidades.

Portanto, o grego de Nicomédia resgata um momento histórico que se quer “instrutivo” ao comportamento das cidades em seu próprio contexto, tendo em vista a inteligibilidade do discurso histórico intencionalmente empregado em sua narrativa¹³. Nesse sentido devemos lembrar, como já afirmamos anteriormente, do grave contexto de revoltas e dificuldades que Adriano enfrentou tão logo acendeu ao principado, fato que o teria levado a buscar alternativas, tanto teóricas como práticas, para o estabelecimento da ordem e paz no Império Romano, visando a manutenção de sua unidade política. Nesse sentido, a obra de Arriano seria uma estratégia no campo de ação teórico, a qual pretendia demonstrar, para as elites dirigentes do Império¹⁴, as conseqüências de um ato revoltoso. Em outras palavras, Adriano não hesitaria em tornar-se Alexandre no que se refere à prática de punição exemplar aos revoltosos. Verificamos, por exemplo, uma ação desse tipo no que se refere à revolta judaica do ano de 132 d.C. Nesta ocasião, por conta do estabelecimento de uma colônia e templo romanos em Jerusalém, cidade que fora na ocasião renomeada para Aelia Capitolina, houve um grande ímpeto de sublevação por parte dos judeus¹⁵, liderados por Bar Kosiba. De fato, como relata o historiador grego Cássio Dio em sua obra *História de Roma* (1925: 449), esse movimento se espalhou rapidamente, tornando-se um grande risco à estabilidade do Império Romano:

Logo, no entanto, toda Judéia estava alvoroçada, e os Judeus por toda parte estavam demonstrando sinais de agitação, estavam se agrupando e dando provas de grande hostilidade aos romanos, tanto por secretos como por explícitos atos; muitas nações estrangeiras, também, estavam se juntando a eles através da ânsia pelo ganho, e toda terra, se poderia dizer, estava se alvoroçando sobre o assunto.

Vemos que tal acontecimento, o qual assumira rapidamente grandes proporções, não poderia passar despercebido pelo senso crítico do Imperador, urgindo por parte de Adriano um plano de ação rápido e eficiente para todo o controle da situação, como apontou Cássio Dio (1925: 449-51) na seguinte passagem:

Então, de fato, Adriano enviou contra eles seus melhores generais. O primeiro destes foi Julio Severo, que foi despachado da Britânia, onde era governador, contra os Judeus. Severo não se aventurou a atacar seus oponentes em campo aberto em qualquer ponto, em vista do número e desespero deles, mas sim interceptando pequenos grupos, graças ao número

de seus soldados e oficiais, os privando de comida e, assim lhes cercando, foi a ele possível, vagarosamente, ter a certeza, com relativo pequeno perigo, de esmagar, exaurir e exterminar todos eles. Poucos deles, de fato, sobreviveram. Cinquenta dos seus mais importantes postos e novecentas e oitenta e cinco de suas mais famosas vilas foram arrasadas. Quinhentos e oitenta mil foram escravizados nas várias incursões e batalhas, e o número daqueles que pereceram de fome, doença e fogo está além do cálculo. Assim, quase toda a Judéia tornou-se desolada, consequência a qual o povo tinha sido alertado antes do início da guerra.

Adriano, tal como Alexandre no momento que soube da revolta de Tebas, não tratou a situação de modo banal, pelo contrário, entendeu sua gravidade. O Imperador romano enviou seus melhores generais para o conflito, dentre eles Julio Severo. Este teria sido o grande responsável pela repressão da revolta, agindo de modo extremamente violento. De fato, poucos foram os sobreviventes, sendo que muitos acabaram sendo escravizados, exatamente como ocorrera em Tebas também; soma-se, ademais, uma grande quantidade de vilas totalmente devastadas na região. Enfim, como delineou Cassio Dio, a Judéia fora praticamente toda destruída, mas não por falta de consciência ou qualquer advertência. Sem dúvidas, toda essa região fora alvo de uma ação violenta intencionalmente punitiva, tornando-se um exemplo, frente às demais cidades e regiões do Império, sobre os riscos inerentes à uma revolta contra Roma.

O modo como Arriano resgatou a memória da revolta tebana, ressaltando suas causas e efeitos, torna-se um importante indicativo teórico para compreendermos as ações levadas a cabo por Adriano durante seu governo. Ora, da mesma forma que Alexandre lidou com a revolta de Tebas, Adriano lidou com a sublevação judaica. Nesse sentido o exemplo do passado, tal como presente na *Anábase*, teve como um de seus efeitos práticos legitimar as ações do presente, tornando-se um referencial.

Portanto, o paralelo Alexandre/Adriano demonstra-se, enquanto hipótese, uma perspectiva muito interessante e relevante para compreendermos a continuidade e fortalecimento das propostas de cunho universalizante em torno da figura central do Imperador romano em inícios do segundo século depois de Cristo. Ao mesmo tempo entrevemos, dentro dessa proposta, a influência modelar do estoicismo, o qual propunha e reivindicava uma ordem política de caráter universal, a qual seria adequada à vontade divina e que, invariavelmente, deveria integrar todo o gênero humano¹⁶. Roma, nesse sentido, assumiria seu devido papel dentro da ordem cósmica, tornando-se a reguladora das ações, protetora e pacificadora das cidades e regiões do mundo conhecido, nem que

para isso tivesse de lidar, de modo rígido e exemplar, com as circunstâncias mais atenuantes e problemáticas, como as tão constantes revoltas.

Referências

Fontes

ARRIANO. *Anábasis de Alejandro Magno*: libros I-III. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

ARRIANO. *Anábasis de Alejandro Magno*: libros IV-VIII. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

DIO CASSIUS. *Dio's Roman history*. Tradução de Earnest Cary e Herbert B. Foster. Vol. VIII. Cambridge: Harvard University Press (LOEB), 1925.

Bibliografia

BANCALARI MOLINA, Alejandro. *Orbe Romano e Império Global*. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 2008, p. 53.

BIRLEY, A. Hadrian to the Antonines. In: *The Cambridge Ancient History*: Volume XI. The High Empire, A.D. 70–192. London: Cambridge University Press, 2008.

BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo: una introducción crítica*. Madrid: Alianza Editorial, 1998,

CORTÉS COPETE, JUAN MANUEL. Un nuevo gobierno, una nueva base social. In: CORTÉS COPETE, J. M.; MUÑIZ GRIJALVO, E (Eds.). *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundacion Jose Manuel Lara, 2004, pp. 75-76.

FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis*: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII). In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). *Facetas do Império na História: Conceitos e métodos*. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, v. 1, p.149.

GRANT, M. *History of Rome*. Nova York: History Club Book: 1997

GRIMAL, Pierre. O Império Romano. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

HIDALGO DE LA VEGA, María José. *El intelectual, la realeza y el poder político*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

_____ . Algunas reflexiones sobre los límites del *oikoumene* en el Imperio Romano”. *Gerión*, Madrid, 2005, v.23, n.1. pp. 271-285.

LÉVEQUE, Pierre. *Impérios e Barbáries do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução de Ana Maria Rabaça. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna.* Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovich. *História de Roma.* Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1967,

STADTER, P. *Arrian of Nicomedia.* Chapel Hill, 1980,

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial.* *Acta Scientiarum.* Maringá, 2001.

Notas

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná – linha de pesquisa Cultura e Poder, sob orientação do Professor Doutor Renan Frighetto. Discente pertencente ao Núcleo de Estudos Mediterrâneos (NEMED/UFPR). Contato: andreluizleme@yahoo.com.br

² Importante lembrar da seguinte afirmação do historiador Renan Frighetto: “A ação individual de certos líderes políticos e o apoio de seus respectivos partidários, aliada a uma forte influência das formas políticas desenvolvidas nas monarquias helenísticas com as quais Roma entrou em contato direto, terminou por levar personagens que alcançaram o consulado, casos de Caio Mário, Pompeu, César, Marco Antônio e Otaviano, a concentrarem efetivos poderes de caráter pessoal e extraordinário. Um desenvolvimento paulatino que percorreu a última década do século II a.C. e todo o século I a.C. fundamentado, em grande parte, no poder de *Imperium* concedido à magistratura consular e que passou a ter uma vinculação com características personalistas e exclusivistas”. In: FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII)*. In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). *Facetas do Império na História: Conceitos e métodos*. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, v. 1, p.149.

³ No ano de 27 a.C., Otávio tenta abrir mão de seus poderes, porém o Senado lhe aufere mais poderes ainda, militares e administrativos. Desse momento em diante, ele se torna o chefe do Senado e Primeiro Cidadão (*Princeps*). Nessa mesma ocasião recebe o título de “Augusto”, antes só aplicado aos Deuses, e que visava expressar a idéia de que Otávio era um restaurador e “aumentador” do Império Romano, investido da mais alta autoridade (*auctoritas*). In: ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovich. *História de Roma.* Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp.164-165. Segundo Renata Venturini, “Augusto possuía o *imperium*, isto é, o comando militar e a capacidade de agir nesse domínio. O *imperium* designava igualmente um poder concreto, uma noção fundamental de comando, uma autoridade definida pela atribuição oficial de uma tarefa, isto é, o *imperium proconsulare*. Ao lado deste poder consular, o senado lhe atribuiu o poder tribunicio. Portanto, ele reuniu os poderes do *imperium*, a *tribunicia potestas* - que lhe permitia a convocação dos comícios e do senado -, o *ius auxilii* - o direito de proteger os cidadãos, o *imperium consular* - autoridade sobre o governo das províncias -, o *pontificatus maximus* - controle administrativo e espiritual sobre os cultos e a hierarquia religiosa -, e a *censoria potestas* - para efetuar, entre outras prerrogativas, as tarefas do *census*, uma das quais era a nomeação para a carreira senatorial por meio da *lectio senatus*. Em todos os níveis, o poder imperial se apoiava na *auctoritas*. A *auctoritas principis* ilustrava o prestígio, a supremacia moral traduzida na *virtus*, na *iustitia*, na *clementia*, na *fides* e na *pietas*. Ela resumia o valor da justiça associada à clemência daquele que

controlava a lei, a confiança que ele inspirava como chefe político e religioso”. In: VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. *Acta Scientiarum*. Maringá, 2001, p. 216.

⁴ O historiador Alejandro Bancalari Molina afirma que a idéia de *Pax Romana* foi empregada na época, de modo consciente, como forma de propaganda ideológica por parte dos governantes da época. Exemplo desse aspecto demonstraria o estudo da numismática, através da qual perceberíamos que a imagem cunhada dos imperadores faria alusões ao sol, à eternidade do Império e à paz – ou seja, referenciais de unidade. In: BANCALARI MOLINA, Alejandro. *Orbe Romano e Império Global*. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 2008, p. 53.

⁵ Nesse sentido, levamos em consideração a seguinte afirmação de Léveque: “Todavia, um certo número de revoltas inquieta o governo imperial. No tempo de Tibério, o príncipe númida Tacfarinas fomenta uma grave insurreição (17-24), apoiada por Juba II da Mauritânia. O ‘eterno Jugurta’ desperta numa guerrilha interminável, mas Tacfarinas é levado ao suicídio e o Magrebe definitivamente submetido. Em 21, dois nobres gauleses, Sarovir e Floro, sublevam a Gália do leste. Em 69, a favor da crise da sucessão, os Tréveros e os Lígones proclamam o Império das Gálias, mas os notáveis gauleses reunidos em Reims preferem continuar fiéis a Roma. Mais importante ainda é a revolta dos Judeus, começada no tempo de Nero e esmagada por Tito. A tomada de Jerusalém depois de um cerco de cinco meses é seguida pela destruição total da cidade. Os faustos do triunfo, em que figuram o castiçal de sete braços e as mesas do Templo, são eternizados num arco erguido à entrada do Fórum. Os Judeus já não constituem uma nação e muitos tem de se expatriar e engrossar as fileiras da *diáspora*”. In: LÉVEQUE, Pierre. *Impérios e Barbáries do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução de Ana Maria Rabaça. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979, p.155.

⁶ Segundo María José Hidalgo de la Vega “O Alexandre de Dión responde a imagem idealizada do monarca estóico, amante da sabedoria e da vida natural, expressada em um tipo de música, conquistador e ao mesmo tempo integrador e capaz de criar a concórdia. Esta imagem alexandrina se adéqua perfeitamente as necessidades do momento, centradas em um renascimento de idéias expansionistas, levadas a prática por Trajano”. In: HIDALGO DE LA VEGA, María J. *El intelectual, la realeza y el poder político*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, p. 80.

⁷ Segundo Michael Grant, “Sem demora, ele [Adriano] decidiu – como seus predecessores podem bem ter decidido já – que os novos territórios ocupados no oriente eram insustentáveis, e então, não desejoso de aventuras quando no momento ele precisava consolidar seu próprio poder, ele abandonou tudo que havia sido deixado por Trajano em suas últimas conquistas e retroagiu as fronteiras romanas ao Eufrates novamente” In: GRANT, M. *History of Rome*. Nova York: History Club Book: 1997, p. 302. Anthony. R. Birley comenta que Adriano justificou tal empreendimento “citando a política de Catão o Velho, ‘que declarou os macedônios livres por conta de que eles não poderiam protegê-los” BIRLEY, A. Hadrian to the Antonines. In: *The Cambridge Ancient History: Volume XI. The High Empire, A.D. 70–192*. London: Cambridge University Press, 2008, p. 134.

⁸ Não podemos, no entanto, confundir a postura “defensiva” de Adriano como simplesmente sinônimo de uma posição “pacifista”. Essa interpretação crítica é também defendida por Gonzalo Bravo, segundo o qual “na Mauritânia e Britânia, ao princípio, na Judéia, ao final de seu reinado, houve guerras que colocam em entredito o pretendido ‘pacifismo’ deste imperador”. BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo: una introducción crítica*. Madrid: Alianza Editorial, 1998, p. 519.

⁹ Anthony R. Birley comenta que Adriano “reforçou os parâmetros na idade para recrutamento, checkou os depósitos militares, melhorou as armas e equipamentos. Dio, sem dar grandes detalhes, coloca que Adriano ‘por seu exemplo e instruções treinou o exército através do Império e disciplinou os homens, tal que ainda hoje [220 d.C.] as medidas que ele introduziu ainda persistem””. BIRLEY, A. Hadrian to the Antonines. In: *The Cambridge Ancient History: Volume XI. The High Empire, A.D. 70–192*. London: Cambridge University Press, 2008, p. 137.

¹⁰ Gonzalo Bravo resume da seguinte forma o trabalho jurídico e administrativo de Adriano: “reorganizou o *consilium principis*, dividiu a Itália em quatro circunscrições territoriais sob o comando de outros tantos senadores de categoria consular, codificou as normas de aplicação judicial mais frequentes da legislação imperial (o chamado ‘edito perpétuo’, que seria utilizado pelos governantes provinciais e magistrados com funções judiciais), promulgou uma lei para fomentar o cultivo dos campos não explorados (*Lex Hadriana de rudibus agris*), regularizou o cursus equestre e ampliou a *civitas* romana outorgando direitos de cidadania (*Latim minus*) a muitos municípios, os elevando ao status de colônias; por fim, descentralizou a arrecadação de certos impostos a nível provincial nomeando funcionários encarregados de tais ações [...] De fato, a respeito de Trajano, se observa uma certa continuidade também na política

interior: *alimenta*, obrigações senatoriais, funcionários financeiros, etc”. In: BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo*: una introducción crítica. Madrid: Alianza Editorial, 1998, p. 519.

¹¹ Para Maria José Hidalgo de La Vega, o ideal universalista que teve maior impulso a partir de Augusto acompanha uma concepção de tempo concebida em termos de uma “eternidade” do Império Romano. Ou seja, ao império universal corresponderia uma noção de império eterno. Em suas palavras, a autora afirma que “será no século II d.C., na época de Adriano, quando encontraremos a mais grandiosa expressão deste conceito, representada pela magnífica construção do tempo de Venus em Roma, na parte sul do Foro. Foi dedicada em comemoração ao aniversário da fundação da Urbs, associando de modo inovador a eternidade do imperador com a *aeternitas* de Roma, incorporando a ela uma nova *aurea aetas*. De maneira similar ocorre com algumas cunhagens da época cuja iconografia expressa estes conceitos. Assim, Roma como capital do império e centro do poder se converte em “Cidade Eterna”, e assim era considerada em sua época. Este século II d.C é o século da *felicitas imperii*, época de maior apogeu do Império, regido por um imperador considerado como cosmocrátor e cujo poder universal e divino é representado na mesma construção do Panteão do Campo de Marte, edifício de grande significado ideológico e construtivo”. In: HIDALGO DE LA VEGA, María José. Algunas reflexiones sobre los límites del *oikoumene* en el Imperio Romano”. *Revista Gerión*, Madrid, 2005, v.23, n.1. p. 278.

¹² Na ocasião fora decidido “arrasar inteiramente a cidade e distribuir por completo seu território entre os aliados [...] assim como converter em escravos as crianças, mulheres e todo tebanu sobrevivente, respeitando apenas aos sacerdotes e sacerdotisas, assim como aqueles que haviam se mantido fiéis para com Filipe e Alexandre”. In: ARRIANO. *Anábasis de Alejandro Magno*: libros I-III. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982, pp. 144-5.

¹³ “O historiador grego quase sempre acredita que os acontecimentos passados têm uma relevância para o futuro. Na verdade, eles não seriam importantes se não ensinassem alguma coisa para aqueles que lêem a seu respeito. A história relatada tem sempre que prover um exemplo, constituir uma lição, servir de referência para os desenvolvimentos futuros dos negócios humanos”. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p. 38.

¹⁴ Stadter reitera nossa proposta no que se refere ao campo de produção e recepção da obra de Arriano ao afirmar que “um livro como a Anábase era endereçado à elite do Império Romano – aqueles administradores, senadores, oficiais e intelectuais que poderiam apreciar o peculiar classicismo de seus estilo, a cuidadosa reconstrução das operações militares, o interesse no desenvolvimento moral de Alexandre [...] a audiência proposta [...] seria muito mais inteligente e refinada”. In: STADTER, P. *Arrian of Nicomedia*. Chapel Hill, 1980, p. 168. Ademais, consideramos a pertinência da seguinte afirmação de Pierre Grimal, para o qual a unidade do mundo romano “não estava comprometida pelo fato de metade do mundo ser de língua grega, e a outra de língua latina. Esta diferença das línguas não cria um fosso entre os dois domínios. Paradoxalmente, aproxima-os. Recordemos que o grego é, nas famílias da aristocracia, a língua de infância. O jovem Romano desde muito cedo que lê as obras do helenismo, Homero antes de Virgílio. As fábulas do jovem poeta que descobre, as que lhe são contadas, sobre os heróis e os deuses, pela ama e pelo pedagogo, ambos gregos, são as mesmas que alimentam os jovens Atenenses e que servem para ilustrar as grandes idéias morais da *paideia*. Hércules, Aquiles, Páris, são, para os adolescentes romanos, figuras familiares. Horácio, escrevendo a um dos seus jovens amigos que ‘declama’, retirado no campo, cita-lhos como exemplos úteis à vida moral. Quando começa o principado, é no mesmo mundo imaginário que mergulham os espíritos, na Grécia e em Roma. Este mundo está sempre presente, na literatura e na decoração das casas, nas pinturas que ornamentam as paredes e cujos temas se inspiram na mitologia. Esta impregnação cultural começara pelo menos dois séculos antes do tempo de Augusto. Não devemos dizer que os Romanos ‘copiaram’ os Gregos, mas que, neles e por eles, o helenismo continuara a viver, retomara um vigor que parecia fazer-lhe falta depois do florescimento dos séculos V e IV.” In: GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 106.

¹⁵ Segundo Cassio Dio, tais realizações “trouxeram uma Guerra de não pouca importância ou curta duração, pois os Judeus consideravam intolerável que outros povos se estabelecessem em sua cidade e ritos religiosos estrangeiros fossem plantados ali”. In: DIO CASSIUS. *Dio's Roman history*. Tradução de Earnest Cary e Herbert B. Foster. Vol. VIII. Cambridge: Harvard University Press (LOEB), 1925, p. 447.

¹⁶ Como ressalta Hidalgo de la Vega, “a ductilidade do estoicismo ao assumir ademais aspectos do cinismo e da II Sofística, o configuraria como a base fundamental, ainda que não única, do pensamento político alto-imperial e inclusive chegará a ser plataforma de justificação ético-filosófica do império universalista, construído por Roma”. In: HIDALGO DE LA VEGA, María José. *El intelectual, la realeza y el poder político*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995, p. 52.